



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: INDICADORES DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Washington Cesar Shoiti Nozu
Universidade Federal da Grande Dourados
washingtonnozu@ufgd.edu.br

Eduardo Adão Ribeiro
Faculdade Anhanguera de Dourados
ribeiro.edu01@gmail.com

Rafael Lamera Giesta Cabral
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
rafaelcabral@ufersa.edu.br

RESUMO

A Educação em Direitos Humanos (EDH) tem sido objeto de estudo, de investigação, de luta e de resistência. No Brasil, o Plano Nacional de EDH representou uma conquista na disseminação das prerrogativas atinentes à dignidade humana e de formação cidadã para a vivência democrática. Em face das múltiplas potencialidades analíticas, o presente artigo objetivou construir indicadores da produção científica brasileira sobre a EDH na Educação Básica, considerando os artigos publicados em duas bases de dados, reconhecidas pela relevância e pelo alcance, a Plataforma de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). A metodologia fundamentou-se na análise bibliométrica, com levantamento dos dados, por meio de descritores nas plataformas digitais, registro das informações em formato de planilha do *software* Excel e posterior elaboração de gráficos com os indicadores. Os resultados, que abrangeram publicações de 2004 a 2019, majoritariamente da base CAPES, apontaram uma concentração das pesquisas na região Sudeste; a prevalência de trabalhos em coautoria feminina; a maior utilização de fontes indiretas; que “direitos humanos” foi a palavra-chave de maior incidência; e currículo o tema mais recorrente nos artigos sobre EDH na Educação Básica. Espera-se que o estudo contribua para a compreensão da produção científica na área e promova a construção de pesquisas que aprofundem e ampliem o conhecimento relativo à EDH na Educação Básica.

Palavras-chave: Direitos Humanos e Educação; Educação Básica; Produção do Conhecimento.



Human Rights Education In Basic Education: Scientific Production Indicators

ABSTRACT

Human Rights Education (HRE) has been the object of study, investigation, struggle and resistance. In Brazil, the National HRE Plan represented an achievement in the prerogatives dissemination related to human dignity and citizenship formation for the democratic experience. In view of the multiple analytical potentialities, this paper aimed to build indicators of Brazilian scientific production on HRE in Basic Education, considering the papers published in two databases, recognized for their relevance and reach, the of Journals Platform of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and Scientific Electronic Library Online (SciELO). The methodology was based on bibliometric analysis, with data collect, through descriptors, on digital platforms and information recording in spreadsheet format of Excel software and subsequent elaboration of graphics with indicators. The results, which covered publications from 2004 to 2019, mostly from the CAPES database, pointed to a concentration of research in the Southeast region; the prevalence of work in female co-authorship; the greater use of indirect sources; that “human rights” was the keyword with the highest incidence; and curriculum the most recurring theme in articles about EDH in Basic Education. It is expected that the study contributes to the understanding of scientific production in the area and promotes the construction of researches that go deepen and expand the knowledge related to HRE in Basic Education.

Keywords: Human Rights and Education; Basic Education; Knowledge Production.



Introdução

Nas últimas décadas, o discurso da Educação em Direitos Humanos (EDH) tem transitado com múltiplas ênfases, intencionalidades e resistências entre diferentes atores, grupos sociais, instituições e instâncias de poder.

Assim, sob a expressão EDH, agrupa-se uma série de discussões, em ambientes educacionais formais e não-formais, desde questões de gênero e étnicas, perpassando os direitos do consumidor até alcançar temas vinculados à cultura da paz (CANDAU, 2007). A EDH tem se constituído em uma expressão polissêmica, com várias concepções e efeitos de sentidos (SILVA, 2010).

Conforme Candau (2007), na América Latina, as primeiras iniciativas em debater a temática, sob a regência do Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH), ocorreram na década de 1980, na qual muitos países dessa região passavam por processos de transição democrática, em função das experiências oriundas de ditaduras militares. Neste contexto, a concepção de EDH vinculava-se a um “novo marco político, social, econômico e cultural”, sendo compreendida “como um componente orientado ao fortalecimento dos regimes democráticos” (CANDAU, 2007, p. 403).

No Brasil, esta orientação encontra-se materializada na Constituição Federal de 1988, particularmente no Art. 205, por meio da previsão do “preparo para o exercício da cidadania” enquanto objetivo elementar do direito à educação (BRASIL, 1988). Nessa perspectiva, o fortalecimento da democracia, via formação educacional cidadã, articula-se à potencialização do acesso à informação, “da observância dos direitos e dos deveres no meio social, da participação ativa nos processos decisórios e do reconhecimento das diferenças de ideias e da diversidade humana em suas variadas expressões” (RODRIGUES NETO; NOZU; ROCHA, 2019, p. 88).

Os sentidos da EDH, a partir da década de 1990, ganharam novos contornos, com influências “de políticas neoliberais, de debilitamento da sociedade civil, de crescente exclusão social e falta de horizonte utópico para a construção social” (CANDAU, 2007, p. 403). Assim, as definições sobre EDH multiplicaram-se:

[...] ora era colocada a ênfase na consolidação dos marcos institucionais e jurídicos já estabelecidos na perspectiva de se afiançar a paz social, na importância de se mobilizar a transformação das estruturas vigentes numa determinada sociedade e no empoderamento dos grupos marginalizados, discriminados e excluídos ou na dimensão ética da educação em Direitos Humanos e nos valores que pretende afirmar como solidariedade, tolerância e justiça. Estas diferentes perspectivas não necessariamente se contrapunham, mas as diversas ênfases propunham finalidades diferenciadas para a educação em Direitos Humanos, o que, na prática, promovia processos que privilegiavam temáticas e estratégias distintas (CANDAU, 2008, p. 287).

Em face dessa polissemia do termo EDH, o IIDH promoveu um estudo nos anos de 1999 e 2000, envolvendo pesquisadores latino-americanos, com o intuito de estabelecer parâmetros para a abordagem do tema (CANDAU, 2007; 2008). Os resultados sugeriram o direcionamento da EDH a partir de três dimensões: a) a formação de sujeitos de direito; b) o favorecimento do processo de empoderamento, sobretudo dos grupos sociais marginalizados; c) a promoção de transformações necessárias para a construção de sociedades democráticas e humanas (CANDAU, 2007; 2008). Em outras palavras, as



diretrizes político-normativas da EDH na América Latina deveriam atentar-se a: “formar sujeitos de direito, empoderar os grupos socialmente vulneráveis e excluídos e resgatar a memória histórica da luta pelos Direitos Humanos na nossa sociedade” (CANDAU, 2008, p. 291).

Atualmente, grande parte dos países da América Latina tem documentos político-normativos destinados a instituir a EDH nos sistemas de ensino (CANDAU, 2007). No cenário brasileiro, a disseminação da EDH é oficializada com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), cuja elaboração teve início em 2003 e término em 2006. O PNEDH possui mais de 15 anos de existência, mas a sua consolidação ainda enfrenta resistências no cotidiano das instituições escolares e das relações sociais. Um dos cerne da questão é a crítica conservadora do viés político da educação, cujo ponto nevrálgico pressupõe a neutralidade da educação.

De acordo com Freire (2014, p. 43-44), “[...] não pode existir uma prática educativa neutra, descomprometida, apolítica. A diretividade da prática educativa que a faz transbordar sempre de si mesma e perseguir um certo fim, um sonho, uma utopia, não permite sua neutralidade”. Isso porque a formação dos cidadãos e a constituição de projetos de sociedade e de mundo, que balizam a educação, ao exigirem ações, opções e decisões, são atos políticos.

Nenhum país, seja democrático ou não, produzirá uma narrativa contra a educação. No entanto, há países, inclusive democráticos, que, em tempos de conservadorismo, buscam impor limites à educação formal, às práticas curriculares e à atuação dos professores, sobretudo quando são voltadas à EDH.

Talvez, este seja o caso brasileiro. No primeiro decênio do PNEDH, sob a chancela de uma ação coordenada politicamente por alguns segmentos da sociedade civil (financiadas por partidos políticos), o movimento “Escola Sem Partido” promoveu uma cisão sobre o conceito político de educação. Enquanto a mobilização global para a EDH defendia uma educação “para a cultura democrática, na compreensão dos contextos nacional e internacional, nos valores da tolerância, da solidariedade, da justiça social e na sustentabilidade, na inclusão e na pluralidade” (BRASIL, 2018, p. 11), movimentos como o “Escola Sem Partido” defendiam que os professores não poderiam expressar suas opiniões políticas em sala de aula. Nesse aspecto,

[...] o programa “Escola Sem Partido” reúne em si o interesse de silenciar as questões de gênero e diversidade sexual e suprimir os conteúdos que, por alguma natureza, ameacem alternância nas relações de poder culturalmente favorecidas ou do modelo econômico neoliberal. Para tanto, criam um modelo de controle estatal incisivo sobre a escola e, especialmente, sobre o professor. A censura dos conteúdos tidos como ideologicamente subversivos e a criação de “deveres ao professor”, que pode passar a ser literalmente vigiado no exercício de sua profissão, comprometendo sua liberdade de livre manifestação do pensamento e de tratamento dos conteúdos curriculares (RODRIGUES NETO; NOZU; ROCHA, 2019, p. 91-92).

Nessa perspectiva, Freire (2014, p. 44) já anunciava que “uma das bonitezas da prática educativa está exatamente no reconhecimento e na assunção de sua politicidade que nos leva a viver o respeito real aos educandos ao não tratar, de forma sub-reptícia ou de forma grosseira, de impor-lhes nossos pontos de vista”. Assim, considerando sua possibilidade de intervenção social, não se pode inibir o caráter político da EDH (CANDAU,



2007; 2008). Portanto, Freire (2019, p. 37-38) é contundente ao afirmar: “[...] a visão ou compreensão dos direitos humanos e da educação dependem de como eu me vejo no mundo politicamente, depende de com quem eu estou, a serviço de quem e a serviço de que eu sou educador”.

A tensão sobre a politicidade da educação chegou tanto no parlamento quanto no Supremo Tribunal Federal. Embora a visão inicial de que a educação para a cultura democrática, com pluralidade de ideias, tenha prevalecido, o momento atual destaca ainda mais a urgência de se discutir uma EDH.

O PNEDH é muito intenso em conceituar essa proposta: EDH é um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação de sujeitos de direitos, articulando cinco dimensões integradas:

1. Apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
2. afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
3. formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político;
4. desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;
5. fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação de violações (BRASIL, 2018, p. 11).

Como se pode observar, a EDH dialoga diretamente com os próprios princípios previstos na Constituição Federal de 1988. Aqui, não há nada de novo, na medida em que realça os objetivos da República e determina linhas gerais de ação para o desenvolvimento normativo e institucional; produção de informação e conhecimento; realização de parcerias e intercâmbios internacionais; produção e divulgação de materiais, com formação e capacitação de profissionais; gestão de programas e projetos e avaliação e monitoramento dos programas, projetos e ações do PNEDH.

No entanto, o PNEDH amplia sua atuação para contemplar ações em diferentes instâncias educacionais, como a Educação Básica, a Educação Superior, a Educação Não Formal, a Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança e a relação entre Educação e Mídia (BRASIL, 2018).

Dada a urgência e o debate caloroso sobre o tema, o foco do presente estudo volta-se à EDH no âmbito da Educação Básica, inclusive pelo caráter normativo de sua universalização no território brasileiro.

A preocupação com o processo formativo na Educação Básica destaca o engajamento da comunidade escolar em plena interação com a comunidade local. Isso, por si só, já impõe desafios porque demanda transformações para a escola, seus procedimentos pedagógicos, agendas e instrumentos que articulem a ação educativa conscientizadora e libertadora, voltada para o respeito e a valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e de formação da cidadania ativa (BRASIL, 2018).

O PNEDH prevê três dimensões da EDH para a Educação Básica, a saber: a) conhecimentos e habilidades; b) valores, atitudes e comportamentos; e c) ações para desencadear atividades para a promoção, defesa e reparação das violações aos direitos humanos. Aliada às dimensões, a EDH na Educação Básica também busca incorporar princípios norteadores, como os destacados a seguir:



- a educação deve ter a função de desenvolver uma cultura de direitos humanos e em todos os espaços sociais;
- a escola como espaço privilegiado para a construção e consolidação da cultura de direitos humanos, deve assegurar que os objetivos e as práticas a serem adotados sejam coerentemente com os valores e princípios da educação em direitos humanos;
- a educação em direitos humanos, por seu caráter coletivo, democrático e participativo, deve ocorrer em espaços marcados pelo entendimento mútuo, respeito e responsabilidade;
- a educação em direitos humanos deve estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, a equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação;
- a educação em direitos humanos deve ser um dos eixos fundamentais da educação básica e permear o currículo, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, o projeto político pedagógico da escola, os materiais didático-pedagógicos, o modelo de gestão e a avaliação;
- a prática escolar deve ser orientada para a educação em direitos humanos, assegurando o seu caráter transversal e a relação dialógica entre os diversos atores sociais (BRASIL, 2018, p. 19-20).

Essa estrutura normativa e principiológica (dimensão teórica) para a EDH na Educação Básica é repleta de conflitos com a *práxis*. Essa tensão afeta diretamente o discurso da cidadania e da democracia no Brasil.

Na infância, pré-adolescência e adolescência, a formação para a cidadania demanda uma atenção plural que destaque a relação entre os sujeitos de direitos e a ordem político-social na qual estão inseridos. Como destaca Costa (2019), devemos constatar que há, no sujeito e na ordem político-social, pontos de cruzamento em que a constituição da ordem seja considerada de baixo para cima, como o olhar do sujeito sobre a comunidade politicamente ordenada e não o contrário.

Essa transformação no discurso da cidadania tem colocado uma urgência de uma EDH. Isso explica, por outro lado, o nível de resistências observadas em parte da sociedade civil vocacionada de forma passiva para a manutenção de uma educação conservadora e dita tradicional.

Nessa conjuntura, as intersecções entre EDH e Educação Básica ocupam lugar de destaque (e de resistência!), com diferentes ênfases e sentidos, em agendas governamentais e não governamentais, congressos acadêmicos, publicações científicas, pautas de movimentos sociais, documentos político-normativos internacionais e nacionais, formações iniciais e continuadas de professores.

Diante da multiplicidade de possibilidades analíticas, delimita-se, com este texto, o olhar sobre a movimentação da comunidade científica sobre a EDH na Educação Básica, mediante publicações disponibilizadas em plataformas digitais nacionais. Para Bravo (2013), as plataformas digitais congregam periódicos científicos (e os artigos neles publicados), dando visibilidade da produção acadêmica e promovendo a interlocução de ideias. Além disso, permitem avaliar o que está sendo divulgado nos periódicos científicos.

Esse processo integra a etapa de socialização do conhecimento e de comunicação científica. Isso porque os resultados das pesquisas são disseminados amplamente, via de regra, no formato de artigos veiculados em periódicos científicos (SILVA, 2004).

Conforme Severino (2007, p. 208), os artigos de periódicos têm por finalidade registrar e divulgar “[...] resultados de novos estudos e pesquisas sobre aspectos ainda não



devidamente explorados ou expressando novos esclarecimentos sobre questões em discussão no meio científico”. Nessa direção, os periódicos “[...] são usados como indicadores do desenvolvimento científico de um país ou de uma região, podendo ser utilizados para medir o estágio de desenvolvimento de uma área do saber” (SILVA, 2004, p. 33).

Feitas estas considerações iniciais, o presente artigo objetiva, particularmente, construir indicadores da produção científica brasileira sobre a EDH na Educação Básica, considerando os artigos publicados em duas bases de dados, reconhecidas pela relevância e pelo alcance, a Plataforma de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Metodologia

Os caminhos metodológicos pautaram-se em uma análise bibliométrica, sob um viés que transita entre objetivos exploratórios e descritivos, os quais, de acordo com Andrade (2010), possibilitam uma aproximação com a temática, análise e interpretação dos dados, além da identificação de novos enfoques para pesquisas.

Conforme Silva, Hayashi e Hayashi (2011, p. 113), um estudo bibliométrico consiste em “[...] analisar a atividade científica ou técnica pelos estudos quantitativos das publicações”. Os autores pontuam a relevância desse método para avaliar a tipologia, a quantidade e a qualidade das pesquisas em determinada área, de modo a gerar indicadores que permitam uma interpretação dos dados associados ao contexto sócio-histórico de produção científica.

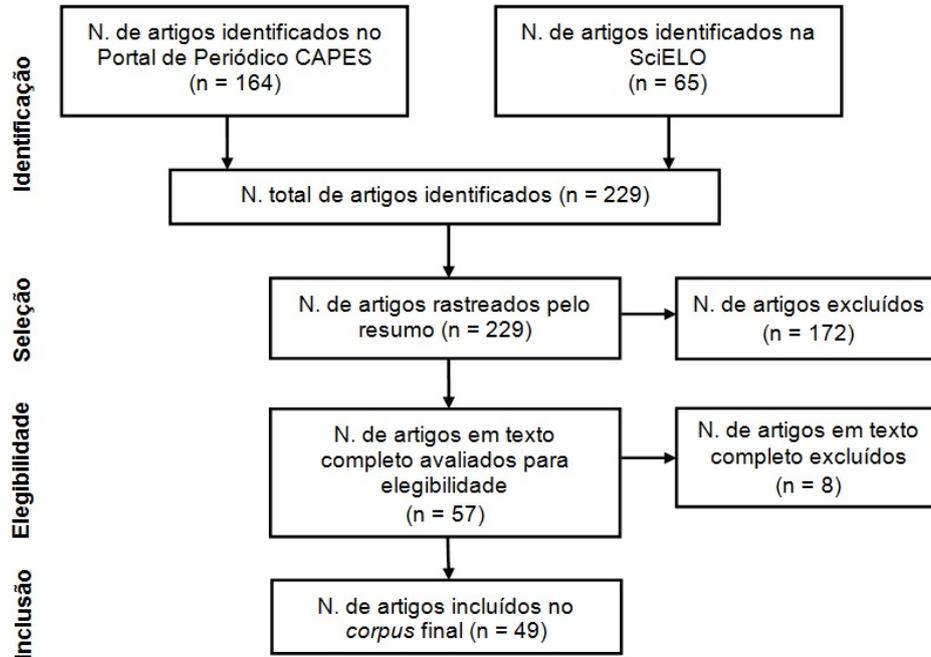
Quanto aos procedimentos, a pesquisa manteve um caráter bibliográfico, cujas fontes consistiram em artigos científicos disponibilizados nas plataformas do Portal de Periódicos da CAPES e da SciELO. Ambas reúnem publicações de periódicos *on-line*, sendo a primeira criada em 2000 e a segunda em 1997.

Assim, a coleta foi realizada entre os meses de abril e maio de 2020, considerando o período de 1997 (primeiro ano de disponibilização de dados da base mais antiga – SciELO) a 2019 (ano encerrado mais recente). Foram adotados os seguintes descritores: “Educação”; “Direitos Humanos”; “Educação em Direitos Humanos”; “Educação para Direitos Humanos”; “Educação Básica”; “Escola”. A busca inicial foi orientada a incluir trabalhos que estivessem na Língua Portuguesa e apresentassem abordagem da EDH na Educação Básica. Por outro lado, foram excluídos artigos em língua estrangeira; conceituais/genéricos sem ênfase na Educação Básica; com abordagem da Educação em Direitos Humanos exclusiva na Educação Superior; indisponíveis *on-line*.

Na fase de identificação, as buscas resultaram em 164 artigos no Portal CAPES e 65 na SciELO, sendo a primeira publicação de 2004 e as mais recentes de 2019. Com esse *corpus* inicial, os trabalhos passaram por uma seleção por meio dos resumos, aplicando os critérios de exclusão expostos, o que resultou em 172 itens eliminados. Na fase de elegibilidade, contando com 57 artigos, foi feita a última triagem a partir dos textos completos, com base nos mesmos critérios de exclusão, de forma que oito pesquisas foram descartadas. O *corpus* final resultou em um número de 49 artigos. A Figura 1 ilustra o fluxograma com as fases de seleção dos dados da pesquisa.



Figura 1 – Fluxograma das fases de seleção do *corpus* da pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores

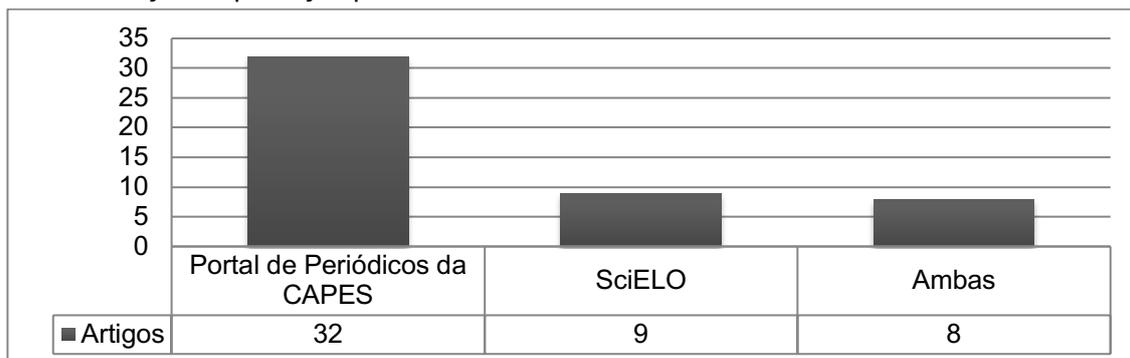
Para registro dos dados coletados, foi utilizado um protocolo, embasado na sugestão de Silva, Hayashi e Hayashi (2011), em formato de planilha do *software* Excel, contendo os seguintes campos: base de dados; autoria; vinculação institucional; título do trabalho; ano de publicação; palavras-chave; tipo de fonte de pesquisa; temas abordados. Após o registro, foram elaborados indicadores com base nos eixos contidos no protocolo.

Resultados e discussões

Com base nos dados levantados e sistematizados foram elaborados sete indicadores bibliométricos para analisar a produção do conhecimento sobre EDH na Educação Básica.

No Gráfico 1, estão organizados os dados de modo a destacar a distribuição da produção científica entre as bases de dados.

Gráfico 1 – Distribuição da produção por base de dados



Fonte: Elaborado pelos autores.

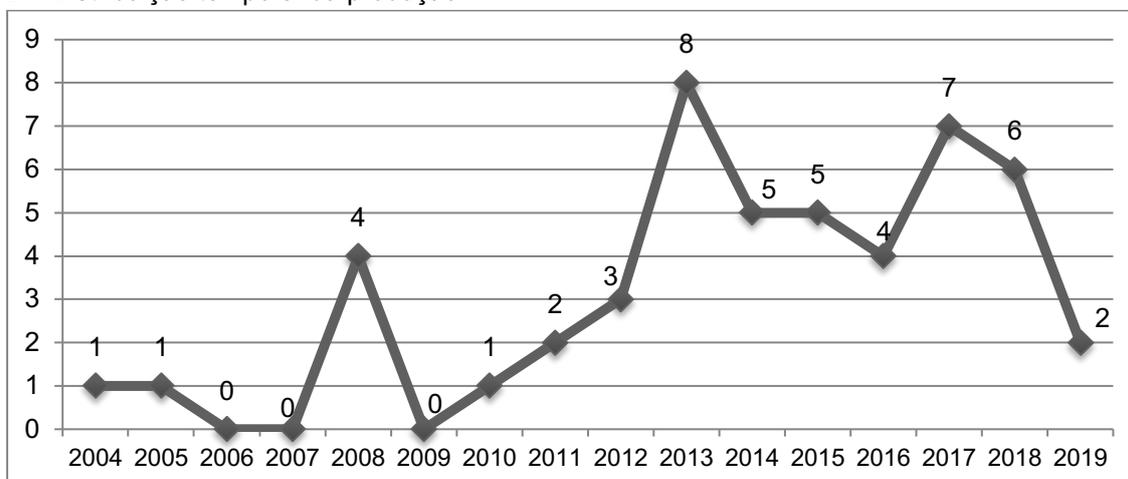
Os indicadores sinalizam, no que tange à distribuição da produção acadêmica, que 32 artigos estavam disponibilizados exclusivamente no Portal de Periódicos CAPES, representando 65,3% do total levantado. Já na base de dados da SciELO, foram identificadas



nove pesquisas, o que soma 18,3% em relação à totalidade. Ainda há indicação de que oito artigos estavam disponíveis em ambas as bases, o que representa 16,3% de todos os que foram selecionados.

O Gráfico 2 contém dados acerca da distribuição temporal de publicação dos artigos investigados.

Gráfico 2 – Distribuição temporal da produção



Fonte: Elaborado pelos autores.

Apesar de as bases de dados terem iniciado em 1997 (SciELO) e 2000 (CAPES), não foram encontradas produções científicas até 2004, ano de publicação do trabalho de Carvalho (2004), primeiro artigo identificado sobre a temática. Desde então, os números apresentaram instabilidade, atingindo zero em 2006, 2007 e 2009. O ápice ocorreu em 2013, ano em que foram identificadas oito publicações. As pesquisas mais recentes encontradas foram as de Santos (2019) e Silva e Silva (2019).

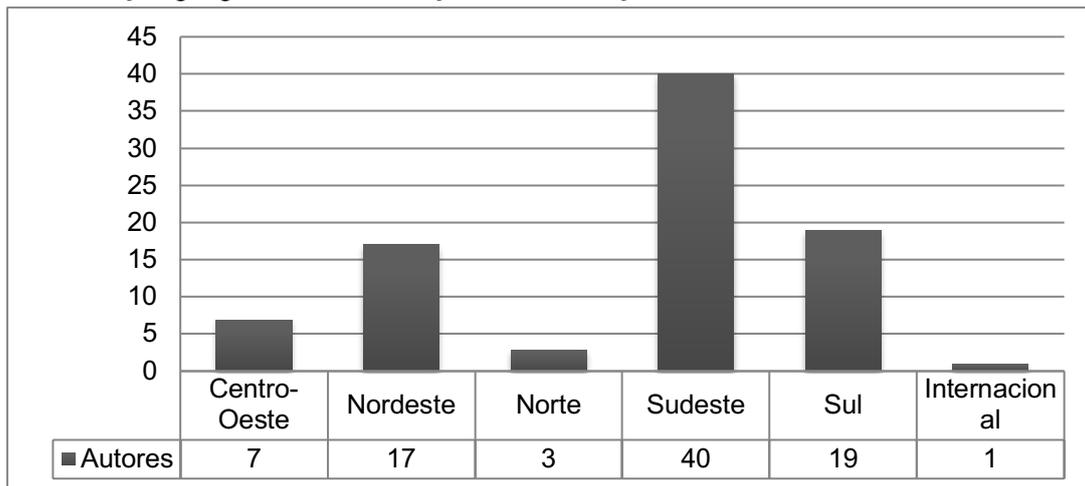
O período de 2013 a 2018 compreendeu o maior número de publicações sobre EDH na Educação Básica, nas bases pesquisadas. Ribeiro e Nozu (2019), em mapeamento de teses e dissertações sobre a EDH, não adstritas ao nível da Educação Básica, informam que, entre os anos de 2013 a 2017, houve a maior incidência de produções no Brasil, com 95 pesquisas. Diante desses dados, levanta-se a hipótese de que, além do PNEDH, a publicação das Diretrizes Nacionais para a EDH, em 2012, pode ter exercido influência na produção científica. Isso porque, com estas diretrizes,

[...] ficou expresso que a responsabilidade pela implementação da EDH é dos sistemas de ensino e suas instituições. Além disso, indicou as formas como a EDH poderia ser inserida nos currículos. Esse novo documento normativo gerou impactos no ambiente acadêmico e pode ter sido uma das razões para o aumento da produção científica (RIBEIRO; NOZU, 2019, p. 172-173).

Em relação às instituições as quais os autores/coautores estavam vinculados, foi elaborado o Gráfico 3, organizado por distribuição conforme a região em que se situavam.



Gráfico 3 – Distribuição geográfica das instituições de vinculação dos autores



Fonte: Elaboração dos autores.

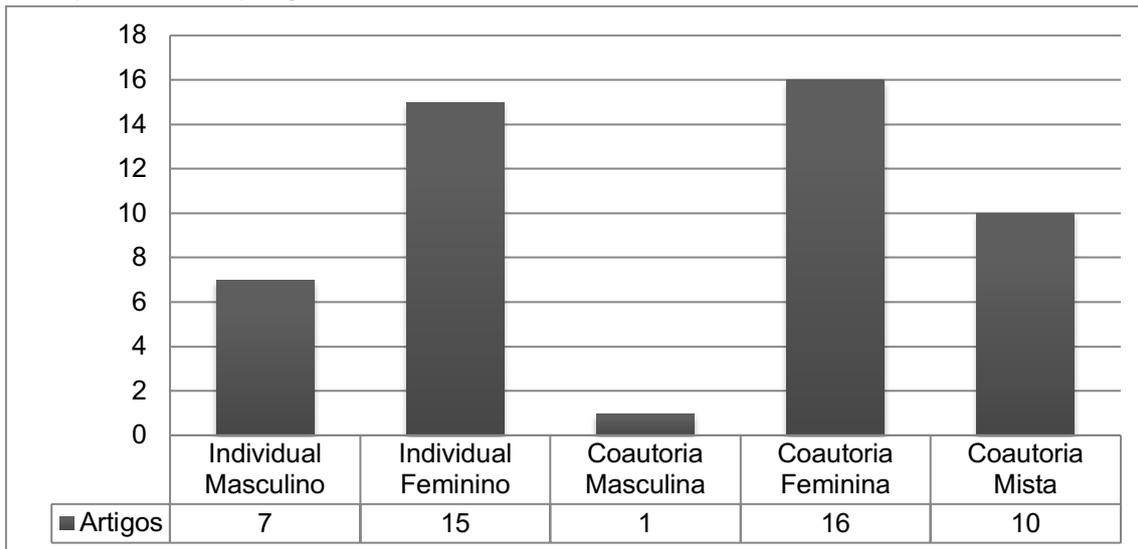
Os trabalhos levantados apresentaram o total de 87 autores/coautores. Analisando a vinculação institucional dos pesquisadores, os dados indicam que 40 deles estavam ligados a instituições localizadas na região Sudeste do Brasil, um percentual de 45,9%. Na região Sul do país foram encontrados 19 autores, o que representa 21,8% do total. A terceira maior concentração de autoria ocorreu na região Nordeste, com 17 pessoas, somando um índice de 19,5% do montante. No Centro-Oeste, com 8,0%, foram localizadas sete pessoas como autores/coautores. Já na região Norte, esse quantitativo foi de três, representando 3,4% do total. Dentre os artigos coletados, somente um possuía autoria ligada à instituição internacional.

Esses indicadores coadunam com o relatório da *Clarivate Analytics* (2017) sobre a performance da pesquisa no Brasil, cuja produção de artigos em periódicos estava concentrada, principalmente, na região Sudeste do país. No período de 2011 a 2016, as três instituições que mais publicaram estavam localizadas no estado de São Paulo, de forma que mais de 40% da produção científica brasileira era oriunda de pesquisadores vinculados a universidades deste estado (CLARIVATE ANALYTICS, 2017).

No que se refere à composição de autoria/coautoria dos estudos, foi elaborado o Gráfico 4, que contém informações sobre como ocorre sua distribuição por gênero.



Gráfico 4 – Tipo de autoria por gênero dos autores



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados indicam que 22 artigos foram publicados de forma individual, representando 44,9% de toda a produção, enquanto aqueles escritos em coautoria somaram 27, ou seja, 55,1% do total, constituindo maioria. Dentre as pesquisas individuais, sete foram realizadas por pessoas do gênero masculino e 15 do gênero feminino. No que tange aos trabalhos com mais de um autor, os dados sinalizam que 16 foram de coautoria feminina, um masculino, enquanto 10 foram elaborados de forma mista. Em âmbito geral, podemos verificar que houve predomínio de produções escritas em coautoria feminina, representando 32,6% do total de artigos.

Acerca da proporção de pesquisadores de acordo com o gênero, estudos de *Elsevier's Research Intelligence* (2017) demonstraram que, entre 12 países investigados, as mulheres ainda constituíam minoria em comparação com os homens. Entretanto, o Brasil apresentou uma população de pesquisadoras maior que a média internacional. O relatório apontou que, de 1996 a 2000, a proporção de pesquisadores por gênero, no país, era de 38% feminino para 62% masculino. Entretanto, de 2011 a 2015 esse panorama foi alterado para 49% de pessoas do gênero feminino e 51% do masculino, o que demonstra maior equidade numérica no campo científico.

Mesmo considerando um possível cenário mais equânime entre os gêneros, os dados desta pesquisa, ao indicarem a predominante maioria de autoria feminina na área de EDH, suscitam a dúvida de que, em outros campos, essa equidade pode não se verificar da mesma maneira. Ou seja, em números gerais pode se constatar uma divisão igualitária, mas em áreas específicas ainda existe a probabilidade da primazia de um ou outro gênero.

No que tange à distribuição geográfica das instituições as quais estavam vinculados os autores, foi verificada a maior incidência de pesquisas em coautoria feminina (n = 10), individual feminino (n = 7) e individual masculino (n = 5) na região Sudeste. Os artigos elaborados em coautoria mista concentravam-se, majoritariamente, nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, com três produções cada uma. Já em relação à coautoria masculina, o único produto era oriundo da região Nordeste. Destaca-se que, dos trabalhos feitos sob coautoria,

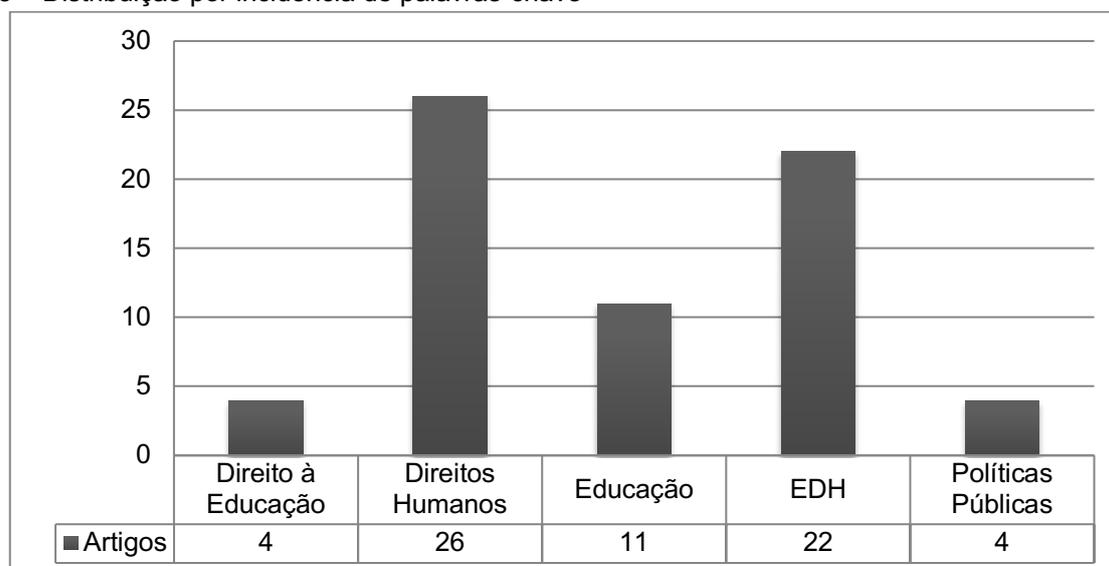


dez apresentavam coautores ligados a instituições distintas e, destes, somente dois foram produzidos por pessoas vinculadas a universidades de diferentes regiões do país.

O Gráfico 5 apresenta as palavras-chave que foram utilizadas com maior frequência nos resumos dos artigos selecionados sobre EDH na Educação Básica. Para tanto, definiu-se pela elucidação das cinco palavras-chave mais incidentes na produção analisada, considerando que, via de regra, os periódicos científicos requerem que o artigo informe, após o resumo, de três a cinco palavras-chave representativas de seu conteúdo.

Brandau, Monteiro e Braile (2005) destacam a importância das palavras-chave nas publicações científicas, considerando o seu papel na indexação, delimitação e localização de textos. Além disso, caso as palavras-chave “[...] não estejam de acordo com a nomenclatura das bases de dados, o artigo corre o risco de não ser encontrado e, portanto, nem citado. Assim, a informação fica perdida” (BRANDAU; MONTEIRO; BRAILE, 2005, p. VII).

Gráfico 5 – Distribuição por incidência de palavras-chave



Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando o Gráfico 5, é possível notar a predominância da palavra-chave “Direitos Humanos”, presente em 26 artigos. Utilizada em 22 trabalhos, “Educação em Direitos Humanos” foi a segunda mais frequente. “Educação” foi empregada em 11 textos. Apresentando menor prevalência, “Direito à Educação” e “Políticas Públicas” figuraram em quatro artigos cada.

É pertinente destacar que, das cinco palavras-chave mais incidentes, quatro (“Direito à Educação”; “Direitos Humanos”; “Educação”; “Políticas Públicas”) estão devidamente previstas no *Thesaurus* Brasileiro da Educação, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O *Thesaurus* Brasileiro da Educação é um vocabulário controlado que reúne termos da área de educação, chamados de descritores, com o objetivo de indexação e recuperação de informações por documentalistas e pesquisadores (INEP, 2020). A palavra-chave “Educação em Direitos Humanos”, contudo, não consta no *Thesaurus*, que apresenta “Direitos Humanos e Educação” como o descritor mais próximo.

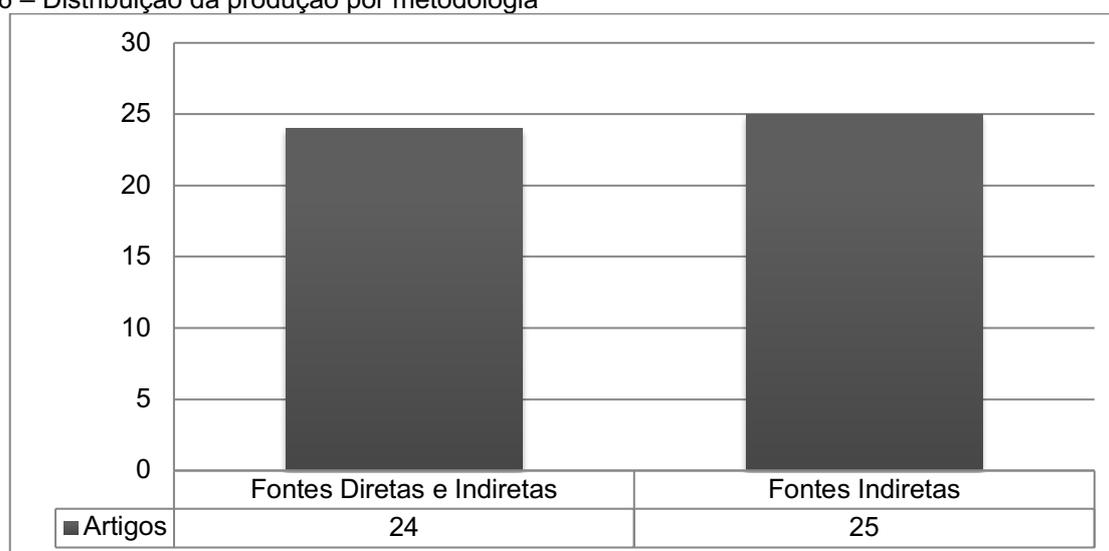
As palavras-chave com maior incidência nos artigos evidenciam, de certa forma, as interconexões que permeiam e constituem, teoricamente, o objeto deste estudo. Isso porque



“[...] a educação é, verdadeiramente, um direito humano, que, através do processo de educar em direitos humanos, humaniza e contribui para o exercício da cidadania” (RODRIGUES; NOZU; COIMBRA NETO, 2019, p. 178). Dito de outra maneira, “a Educação em Direitos Humanos é compreendida como um instrumento capaz de, simultaneamente, reiterar o direito humano à educação e promover o alcance de outros direitos essenciais ao ser humano (civis, políticos, sociais, culturais e econômicos)” (ROCHA; NOZU, 2018, p. 142).

No que tange à tipologia das fontes utilizadas nos artigos, o Gráfico 6 apresenta a distribuição entre as que utilizaram documentação direta e indireta. Conforme Marconi e Lakatos (2003), as fontes diretas são obtidas no local de ocorrência dos fenômenos, com uso de técnicas de entrevistas, questionários, observação. Por sua vez, as fontes indiretas são acessadas mediante levantamento documental (fontes primárias) e bibliográfico (fontes secundárias).

Gráfico 6 – Distribuição da produção por metodologia



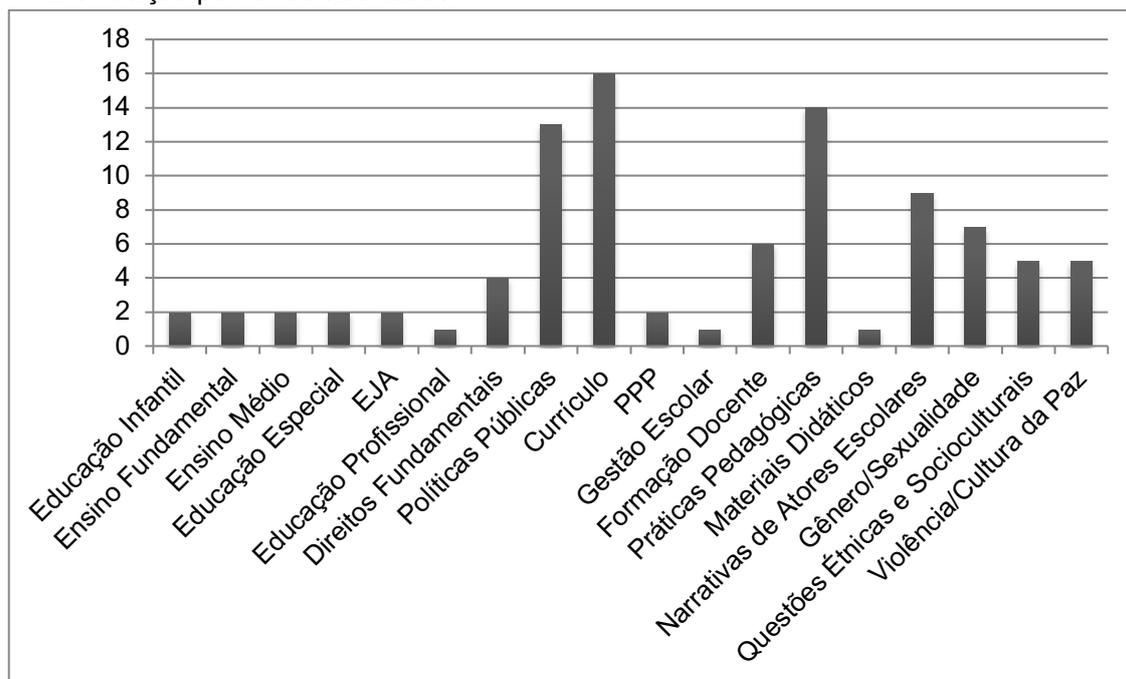
Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados presentes no Gráfico 6 indicam que, dentre os artigos coletados, 25 utilizaram documentação indireta enquanto fonte de pesquisa, o que representa 51,0% do total da produção. De outro lado, 24 trabalhos pautaram-se em documentação direta e indireta, constituindo 49,0% do total. Optou-se, nesse indicador, em considerar as fontes diretas associadas às indiretas, já que todos os artigos, na apresentação dos dados empíricos, estabelecem diálogo com documentos e bibliografia da área.

Por fim, o último indicador, expresso no Gráfico 7, apresenta os temas abordados nos artigos sobre EDH na Educação Básica. Salienta-se que parcela considerável dos manuscritos transita, em seus propósitos e reflexões, em mais de um tema. Nesse caso, após análise criteriosa, optou-se em computar por artigo o(s) principal(is) tema(s) abordado(s), de modo que o quantitativo de temas (n = 94) informados no Gráfico 7 é superior ao número de artigos selecionados (n = 49).



Gráfico 7 – Distribuição por temas abordados



Fonte: Elaborados pelos autores. Legenda: EJA – Educação de Jovens e Adultos; PPP – Projeto Político Pedagógico.

Os temas tratados com maior ênfase nos artigos sobre EDH na Educação Básica foram currículo (n = 16), práticas pedagógicas (n = 14) e políticas públicas (n = 13). Estes pontos são apresentados por Silva (2010) como grandes desafios para o campo, que devem ser assumidos visando o fortalecimento da EDH na Educação Básica.

Observa-se que as etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) incidiram nos artigos com a mesma quantidade (n = 2). Quanto às modalidades de ensino, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA) foram foco de dois artigos cada, ao passo que a Educação Profissional foi alvo de um artigo.

Os direitos fundamentais, sobretudo a educação e a busca pela qualidade do ensino, ganharam destaque em quatro manuscritos. A previsão e a implementação da EDH no âmbito das unidades de ensino também receberam atenção na produção, com dois trabalhos sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) e um sobre a atuação da gestão escolar. Nessa perspectiva, a formação docente, principalmente a continuada, recebeu cuidado em seis artigos, com o intuito de ampliar as possibilidades de práticas pedagógicas voltadas à EDH.

Entretanto, chama a atenção que apenas um artigo ateu-se à elaboração de materiais didáticos. Este aspecto, salientado por Candau (2008) e Silva (2010), constitui-se em uma urgência para a EDH na Educação Básica.

As narrativas de alunos e de professores da Educação Básica sobre os Direitos Humanos, por meio de relatos e de registros de concepções e de experiências, receberam tratamento em nove textos.

Temas relacionados à diversidade também foram contemplados. Diversidade de gênero e educação sexual e sua articulação aos Direitos Humanos ganharam o destaque de sete trabalhos, ao passo que a educação para as relações étnico-raciais e as diferenças socioculturais foram temas de cinco artigos. Por seu turno, as perscrutações sobre a violência



e a disseminação da cultura da paz estavam presentes em cinco estudos.

Considerando entrecruzamentos dos temas com o gênero de autoria, verificou-se que, entre os artigos que tinham ao menos um autor do gênero masculino, os assuntos mais pesquisados estavam relacionados a políticas públicas, temática presente em sete publicações. Já as pessoas de gênero feminino, escreveram com mais frequência sobre currículo e práticas pedagógicas, sendo registrado o número de 14 produções cada.

Em relação à distribuição geográfica das temáticas presentes nos artigos, os dados indicam que, dentre os autores da região Sudeste, houve maior incidência de pesquisas que discutiam sobre currículo (n = 10). No Sul, os estudos concentraram-se em políticas públicas (n = 4). No Nordeste, assim como no Sudeste, verificou-se maior prevalência de trabalhos que tratavam de currículo (n = 4). Na região Norte, os temas de gestão escolar, currículo, políticas públicas e violência/cultura da paz foram abordados uma única vez cada. De forma semelhante foi a região Centro-Oeste, em que os temas gênero/sexualidade, materiais didáticos, narrativas de atores escolares e práticas pedagógicas também foram objeto de uma única produção cada.

A despeito da variedade de temas retratados nos artigos, Silva (2010, p. 47) adverte sobre a “[...] necessidade de assumirmos a definição de educação que tem a perspectiva intransigente dos direitos humanos para todos e da cidadania democrática, fundamentada nos pilares da igualdade e da liberdade”. Nesse sentido, os pilares da igualdade e da liberdade constituem-se em alicerces para a garantia da dignidade da pessoa humana.

A igualdade é compreendida como possibilidade do acesso aos bens sociais para todo ser humano independentemente da sua condição social, opções políticas e religiosas, orientação sexual, da raça, etnia e gênero. A liberdade podemos traduzi-la como a condição de expressão, de participação na sociedade, a possibilidade de ir e vir, de situar-se no mundo local e global (SILVA, 2010, p. 47-48).

A diversificação de temáticas dos artigos analisados, por um lado, pode representar uma riqueza de perspectivas; por outro lado, pode gerar uma excessiva fragmentação da EDH (CANDAU, 2007). Portanto, “[...] consideramos importante favorecer a articulação entre estes diferentes grupos [mulheres, negros, LGBTs, indígenas, pessoas com deficiência, etc.], assim como promover uma fundamentação geral que dê suporte teórico-metodológico às lutas específicas” (CANDAU, 2007, p. 409).

Nessa direção, Freire (2019, p. 39-40) alude que, sob a ótica da justiça, a EDH “[...] é exatamente aquela educação que desperta os dominados para a necessidade da briga, da organização, da mobilização crítica, justa, democrática, séria, rigorosa, disciplinada, sem manipulações, com vistas à reinvenção do mundo, à reinvenção do poder”.

Considerações finais

Pesquisar sobre EDH requer, desde o início, ciência de seu caráter político (CANDAU, 2007; 2008; FREIRE, 2019). Em momentos de crises institucionais, polarização e extremismos, mostra-se como importante aliada na manutenção democrática e garantia de respeito a direitos fundamentais para o pleno exercício da cidadania. Em “tempos sombrios”, é ainda mais relevante seu papel não somente no aspecto prático, mas também de produção/disseminação do conhecimento e dos valores dos direitos humanos. Assim,



buscou-se, neste trabalho, a construção de indicadores bibliométricos da produção científica brasileira sobre a EDH na Educação Básica.

Os indicadores bibliométricos elaborados a partir de artigos sobre a EDH na Educação Básica, disponibilizados nos bancos de dados da Plataforma de Periódicos CAPES e da SciELO, apontaram para os seguintes resultados: a) do total de 49 trabalhos levantados, a plataforma com maior número foi a CAPES, com 32 produtos, seguida pela SciELO, com nove artigos, sendo que oito encontravam-se em ambas; b) as pesquisas estavam distribuídas temporalmente entre 2004 e 2019; c) geograficamente, a região Sudeste concentrou a maioria das pesquisas (40), seguida pelas regiões Sul (19), Nordeste (17), Centro-Oeste (sete) e Norte (3), além de uma pesquisa internacional; d) registrou-se predomínio de artigos com coautoria feminina (16), seguidos por autoria individual feminina (15), coautoria mista (10), individual masculino (7) e coautoria masculina (1); e) identificou-se a prevalência de pesquisas com fontes indiretas (25) sobre as que utilizaram fontes diretas e indiretas (24); f) as palavras-chave mais recorrentes foram “direitos humanos” (26), “educação em direitos humanos” (22), “educação” (11), “direito à educação” (4) e “políticas públicas” (4); g) das temáticas investigadas, verificou-se uma prevalência em pesquisas que envolviam currículo, com destaque também para aquelas que abordavam as práticas pedagógicas e as políticas públicas para a EDH na Educação Básica.

Mediante a análise bibliométrica das produções sobre EDH na Educação Básica, evidenciam-se temáticas ainda pouco exploradas e com potencialidade para desenvolvimento de estudos futuros, quais sejam: pesquisas que discutam sobre gestão escolar, materiais didáticos, PPP, bem como aquelas com foco direcionado especificamente às etapas e/ou modalidades da Educação Básica. Esses dados são relevantes na medida em que possibilitam novos olhares de pesquisadores sobre as temáticas de EDH. Dado o sentido polissêmico empregado para a EDH, essas lacunas podem ser preenchidas.

As possibilidades ainda em aberto nesse fértil campo da EDH demonstram, portanto, os inúmeros caminhos que podem ser trilhados pelos pesquisadores dessa temática, buscando o fortalecimento da educação enquanto (trans)formadora de sujeitos conscientes de seus direitos e deveres.

Referências

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRANDAU, Ricardo; MONTEIRO, Rosângela; BRAILE, Domingo M. Importância do uso correto dos descritores nos artigos científicos. **Brazilian Journal of Cardiovascular Surgery**, São José do Rio Preto, v. 20, n. 1, p. VII-IX, Mar. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-76382005000100004>. Acesso em: 29 maio 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2018.

BRAVO, Aline Droppe. **Análise bibliométrica da produção científica sobre direitos das pessoas com deficiência**. 2013. 135f. Tese (Doutorado em Educação Especial).



Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

CANAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. (Orgs.). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p. 399-412.

CANAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: questões pedagógicas. In: BITTAR, Eduardo C. B. (Org.). **Educação e metodologia para os direitos humanos**. São Paulo: Quartier Latin, 2008, 285-298.

CARVALHO, José Sérgio et al. Formação de professores e educação em direitos humanos e cidadania: dos conceitos às ações. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 3, p. 435-445, set./dez. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a04v30n3.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2020.

CLARIVATE ANALYTICS. **Research in Brazil**. [S. l.]: Clarivate Analytics, 2017. Disponível em: <<https://propp.ufms.br/coordenadorias/research-in-brazil-report-for-capes-by-clarivate-analytics/>>. Acesso em: 30 maio 2020.

COSTA, Pietro. O discurso da cidadania e a diferença de gênero. **RDUno**, v. 2, 287-308, jan.-dez. 2019. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/RDUno/article/view/5290>>. Acesso em: 20 maio 2020.

ELSEVIER. **Gender in the global research landscape: analysis of research performance through a gender lens across 20 years, 12 geographies, and 27 subject areas**. [S. l.]: Clever°Franke, 2017. Disponível em:

<https://www.elsevier.com/___data/assets/pdf_file/0008/265661/ElsevierGenderReport_final_for-web.pdf>. Acesso em: 30 maio 2020.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Direitos humanos e educação libertadora: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

INEP. **Thesaurus Brasileiro da Educação**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/thesaurus-brasileiro-da-educacao>>. Acesso em: 30 maio 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, Eduardo Adão; NOZU, Washington Cesar Shoiti. Estudo bibliométrico sobre a educação em direitos humanos no Brasil. In: MENEGUETTI, Luciano (Org.). **Educação em direitos humanos na América Latina: atualidade, desafios e perspectivas**. Birigui: Boreal, 2019, p. 166-194.

ROCHA, Ana Cláudia dos Santos; NOZU, Washington Cesar Shoiti. Educação em direitos humanos: notas reflexivas para a formação universitária. In: DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (Orgs.). **Educação em direitos humanos: paz, democracia e justiça social**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018, p. 129-146.

RODRIGUES NETO, Antônio; NOZU, Washington Cesar Shoiti; ROCHA, Ana Cláudia dos Santos. Direito à educação cidadã: reflexões sobre o Programa Escola Sem Partido. **Educação em Revista**, Marília, v. 20, p. 83-98, 2019, Edição Especial. Disponível em: <<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/9374>>. Acesso



em: 28 maio 2020.

RODRIGUES, Fernanda Martins Castro; NOZU, Washington Cesar Shoitj; COIMBRA NETO, João Paulo. Educação, direitos humanos e cidadania: fundamentos para a inclusão escolar da pessoa com deficiência. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, n. 7, v. 1, p. 173-190, jan./jun., 2019. Disponível em:

<<https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/665>>. Acesso em: 28 maio 2020.

SANTOS, Émina. A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. e184961, p. 1-15, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022019000100508&tlng=pt>. Acesso em: 30 maio 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Aida Maria Monteiro. Direitos humanos na educação básica: qual o significado? In: SILVA, Aida Maria Monteiro; TAVARES, Celma (Orgs.). **Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 41-63.

SILVA, Linda Carter Souza da; SILVA, Luzia Guacira dos Santos. Inclusão escolar e educação em direitos humanos: as concepções de um aluno cego. **Revista Educação Especial**, Santa Maria-RS, v. 32, p. 1-16, 2019. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>>. Acesso em: 30 maio 2020.

SILVA, Márcia Regina da. **Análise bibliométrica da produção científica docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial / UFSCar: 1998-2003**. 2004. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

SILVA, Márcia Regina da; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p.110-129, jan/jun 2011. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42337>>. Acesso em: 20 maio 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à querida Prof^ª. Dr^ª. Angela Aparecida da Cruz Duran, cujas orientações e interlocuções durante a graduação no Curso de Direito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, nos estimularam, em diferentes momentos, a transitar na temática da Educação em Direitos Humanos.

Recebido em: 31/05/2020

Aceito em: 10/07/2020